

# MP 881/19 E A POSITIVAÇÃO DA ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR)

# INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AIR – EXPERIÊNCIA RECENTE DA CASA CIVIL/PR

## **Acórdão 1.205/2014-TCU-Plenário:**

“9.2.1. criar mecanismos de acompanhamento e avaliação dos benefícios tributários sem órgão gestor identificado na legislação instituidora, incluindo o cronograma e a periodicidade das avaliações, com o fim de verificar se tais benefícios alcançam os fins aos quais se propõem e a pertinência de atribuir o papel de supervisão desses gastos tributários a algum órgão do Poder Executivo;

9.2.2. orientar os ministérios setoriais responsáveis pela gestão de ações governamentais financiadas por renúncias tributárias quanto à elaboração de metodologia de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios tributários, incluindo o cronograma e a periodicidade das avaliações;”

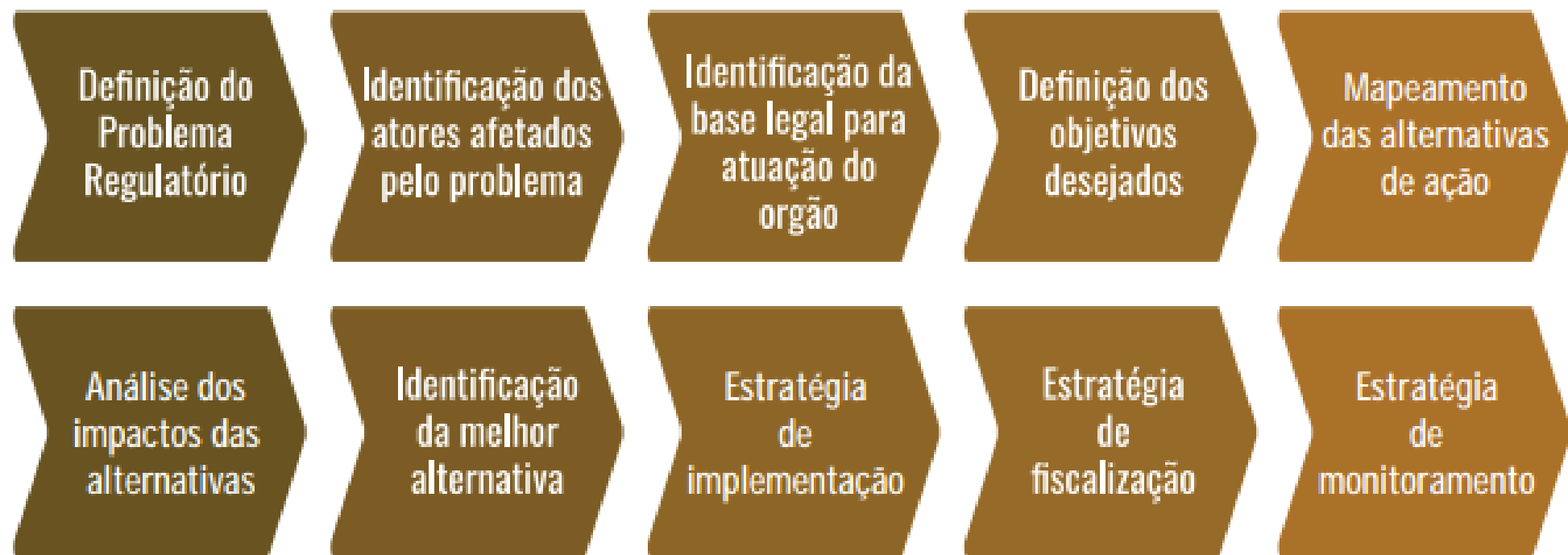
## **Siapre (Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Revisão da Despesa Pública).**

- Incorporação da avaliação das políticas públicas ao ciclo orçamentário.
- EMI nº 11/2017 MP MF MTF-CGU, de 6 de janeiro de 2017:

“”...institucionalização da avaliação de políticas públicas (...) para avaliar previamente a edição de atos (...) e políticas públicas em andamento (...) considerando os requisitos de diagnóstico do problema; identificação clara dos requisitos, ações e público-alvo; análise de desenho, estratégia de implementação e focalização; estratégia de monitoramento, avaliação e controle; adequação ao Plano Plurianual; adequação orçamentária e financeira (...)”.

	<p><b>Decreto 9.191, de 1º de novembro de 2017.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parecer de mérito das propostas de atos normativos encaminhadas ao PR.</li> <li>• A elaboração de atos normativos conterá: diagnóstico, alternativas, análise de custos envolvidos, avaliação de resultados.</li> </ul> <p><b>Guia de AIR, junho de 2018.</b>  <a href="http://www.casacivil.gov.br/governanca/regulacao">http://www.casacivil.gov.br/governanca/regulacao</a></p>
<p><b>Acórdão 2.756/2018-TCU-Plenário:</b></p> <p>“9.8. determinar à Semag que monitore o cumprimento das providências acima elencadas, bem como avalie a aptidão do Decreto 9.588, de 27 de novembro de 2018, para resolver as constatações atinentes à concessão e gestão de subsídios e, em especial, ao recomendado nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 1.205/2014-TCU-Plenário;”</p>	<p><b>CEMAS (Decreto n. 9.588, de 27 de novembro de 2018).</b></p> <p><b>CEMAP (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, de natureza consultiva).</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas públicas financiadas por gastos diretos (LOA) e com subsídios da União - benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia.</li> <li>• 119 políticas públicas financiadas por benefícios de natureza tributária (infraestrutura, informática e automação, medicamentos, inovação tecnológica, veículos).</li> </ul>

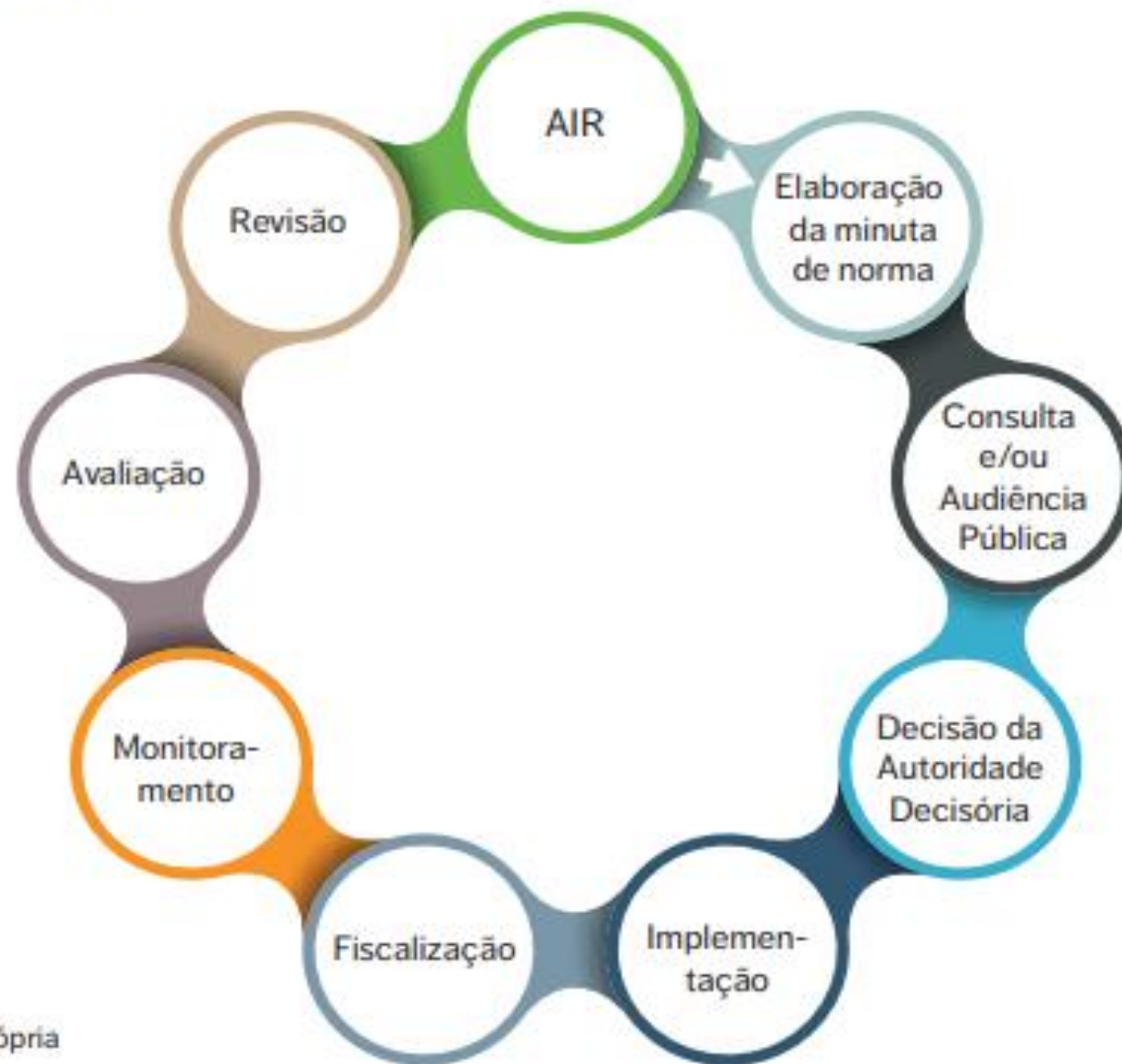
**Figura 1** – Processo de Análise de Impacto Regulatório



Fonte: Elaboração própria

- <sup>1</sup> Em CONSTANTINO, Giuseppe Luigi Pantoja. Regulação de serviços públicos: conceitos e evolução histórica. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 20 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.49487&seo=1>.

**Figura 2** – Ciclo Regulatório



Fonte: Elaboração própria



## **Estrutura do Relatório Preliminar de AIR**

### Resumo executivo

- 1. Introdução**
2. Identificação e análise do problema regulatório
3. Identificação dos atores e grupos afetados pelo problema
4. Identificação da base legal que ampara a atuação da Anvisa
5. Definição dos objetivos da intervenção regulatória
- 6. Experiências regulatórias internacionais**
- 7. Revisão das evidências científicas sobre rotulagem nutricional frontal**
8. Descrição e análise das possíveis alternativas de ação
9. Análise dos possíveis impactos
10. Estratégia de implementação, fiscalização e monitoramento
- 11. Riscos das alternativas de ação**
- 12. Referências bibliográficas**

**Considerações sobre contribuições e manifestação recebidas ao longo do AIR**  
**(item 3.9 do Guia da Casa Civil: não inserido)**





# Avaliação Final

- AIR qualifica a discussão, na medida em que fortalece que o processo seja baseado em evidências científicas, alinha o escopo e as expectativas entre os diferentes atores;
- Necessária reflexão sobre a forma mais adequada de realizar a consulta à sociedade: grande volume de contribuições, mas com baixa qualidade técnica.
- Tensionamento dos diversos atores, ainda não preparados, para discussões técnico-regulatórias nesse formato;
- Desconhecimento sobre o papel do AIR X papel do processo decisório;
- Enorme desafio de discussões regulatória nesse formato junto ao Mercosul, que desconhece essa metodologia;
- Necessidade de equipe técnica capacitada; tendência (temporária?) de aumento do tempo para conclusão do processo regulatório; a abordagem recente dificulta um planejamento assertivo quanto à conclusão do tema.

Fonte:  
<http://www.casacivil.gov.br/governanca/regulacao>,  
acesso em 14.6.19.



Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da  
Presidência da República (núcleo econômico)

[sergio.ravagnani@presidencia.gov.br](mailto:sergio.ravagnani@presidencia.gov.br)

61 3411-2040 / 2053

**OBRIGADO!**

Several white diagonal lines of varying lengths and thicknesses are positioned in the bottom right corner of the slide, creating a modern, abstract graphic element.